

“Universidades deviam ter regime de autonomia semelhante ao das autarquias”

Entrevista

Samuel Silva Texto
Adriano Miranda Fotografia

Paulo Jorge Ferreira Novo presidente dos reitores acusa Estado de tratar universidades como “uma repartição”

O Governo está de saída, mas o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) entende que há processos que deviam continuar em marcha. Paulo Jorge Ferreira, de 61 anos, doutorado em Engenharia Electrotécnica e reitor da Universidade de Aveiro desde 2019, acaba de ser eleito para um mandato de três anos à frente do organismo que agrupa as universidades públicas e a Universidade Católica. Nas suas primeiras declarações a seguir à eleição sublinhou a importância da “diversidade das instituições” de ensino superior e do seu papel na “coesão territorial”. Quase como se estivesse a enunciar que o CRUP não pode funcionar com uma linha política que privilegie um determinado grupo de instituições.

A diversidade de que eu falava é ter entidades como a Universidade Católica, que faz parte do CRUP, ou a Universidade Aberta, que tem um contexto de ensino à distância que nenhuma outra instituição tem, ou o Instituto Universitário Militar, que está noutra esfera de funções, mas mantém o seu cariz universitário. Esta diversidade não me parece um embaraço, pelo contrário, é uma força. O país é diverso. Se todas as instituições tivessem uma carta de missão semelhante, algumas falhariam claramente em certos territórios. O papel do CRUP é defender essa diversidade?

Não só. Eu vejo o CRUP como um órgão que pode também dar à sociedade e aos governos, sejam eles de que linha partidária forem, matéria de reflexão para pensar o futuro do país. Qual deve ser a postura do CRUP no actual contexto político?

Nesta altura seria útil continuarmos o trabalho com o ministério, como já estava previsto fazer-se ao nível do contrato de



ADRIANO MIRANDA

legislatura, na identificação e estabilização de um conjunto de indicadores que possam nortear o financiamento no futuro. Também precisamos de continuar a esclarecer o que será o programa FCT Tenure e prosseguir com a avaliação das unidades de investigação e laboratórios associados.

Faz sentido que a avaliação das unidades de investigação mantenha o calendário?

O acto de avaliar é completamente separado do acto de financiar. Por isso, um governo que deixe as unidades avaliadas deixa condições que permitem a quem vier a seguir extrair conclusões. As equipas já estão formadas, há unidades de investigação e laboratórios associados de grande dimensão, com muitas centenas de investigadores, que já estão imersos no processo de recolha de informação para prepararem a sua avaliação. É verdade que pode não haver tempo, nem legitimidade

política, para passar dessa fase para o financiamento, mas, se não houver avaliação, estamos numa situação pior ainda.

O que é que o Governo ainda pode deixar feito sobre o novo modelo de financiamento que possa ajudar o executivo seguinte?

Comparativamente à média, gastamos menos cerca de 6 mil dólares por estudante em paridades de poder de compra. A média da OCDE é de 18 mil dólares anuais por aluno, Portugal está a gastar 12 mil. É uma diferença brutal. E esta diferença, segundo o mesmo documento, não se verifica noutros graus de ensino. O facto de o investimento estar tão desfasado no ensino superior é preocupante. Todos os reitores estão de acordo que estão subfinanciados. Se faltam 6 mil dólares por estudante vezes 223 mil estudantes dá 1300 milhões de dólares.

Para que é que as universidades precisam de mais dinheiro?

As dotações de Estado não chegam sequer a pagar as despesas de pessoal em nenhuma universidade. As universidades têm tido capacidade de ir buscar mais dinheiro a outras fontes – por exemplo, na Universidade de Aveiro, por cada euro do Estado capta 1,64 euros. Mas este dinheiro tem finalidades concretas: projectos de investigação, contratos de prestação de serviços. É actividade que deixa algum dinheiro na universidade, mas não é financiamento que possa servir para as tarefas estruturais. Há um passivo de intervenção no edificado que se torna cada vez mais oneroso corrigir. Se a dotação orçamental não aumentar, ou se não forem criados programas específicos, caminhamos a passos largos para termos universidades sem condições de acolher os muitos estudantes e investigadores que temos.

Por que não vemos no superior a mobilização de docentes que há nos outros graus de ensino?

Os professores que estão na carreira estão envelhecidos e têm tempos médios de permanência na mesma categoria enormes. Durante muito tempo houve uma incapacidade das instituições de atender às promoções. Diria que se chegou ao ponto de não haver uma grande correlação entre mérito e posição na carreira. É preciso reavaliarmos os critérios de promoção e de progressão e

termos soluções separadas de progressão das soluções de recrutamento.

Isso implica uma revisão dos estatutos de carreira dos docentes.

Os estatutos de carreira só têm uma solução para estes dois problemas que é o concurso público. Acho que nós devíamos ter mecanismos de promoção claros, abertos, auditáveis, transparentes, à disposição de todos – não só dos professores e investigadores, mas também do pessoal técnico, administrativo e de gestão – e ao mesmo tempo ter concursos para recrutamento, para ir buscar ao exterior gente nova.

A revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior também ficará parada.

Há lições deste processo de discussão que são de ter em conta. Uma delas é a questão da autonomia das instituições de ensino superior, que são vistas pelo Estado praticamente como repartições. Acho que era a altura de reconhecer que as instituições de ensino superior pertencem à administração autónoma do Estado e não à administração indirecta ou directa. As instituições de ensino superior poderiam assim ficar com um grau de autonomia semelhante ao das autarquias, que é muito mais compatível com a sua dimensão e estatuto.

Como se operacionalizava?

Abria-se caminho para uma dotação plurianual, que seria compatível com a forma como as instituições de ensino superior operam. Vencer esse obstáculo era extraordinário, porque nos permitia fazer aquilo que nós já fazemos muito bem, que é fazer muito com pouco.

As universidades têm notado um aumento da procura dos serviços da Acção Social, face à crise que as famílias sentem?

A grande preocupação é o abandono. Para sustentar a procura do ensino superior e a capacidade do estudante de chegar ao final dos estudos devemos ter uma oferta de residências compatível.

Como está a correr o Plano Nacional de Alojamento?

Vamos já começar a sentir os efeitos, desde logo na reabilitação da oferta existente. Quanto às novas construções, elas demorarão mais, mas creio que estarão prontas em tempo útil para o próximo ano.

“
As dotações do Estado não chegam sequer a pagar as despesas de pessoal em nenhuma universidade

A média da OCDE é de 18 mil dólares anuais por aluno, Portugal está a gastar 12 mil. É uma diferença brutal